



**Diretoria de Auditoria e Fiscalização – DIAFI**  
**Departamento de Auditoria da Gestão Municipal I – DEAGM I**  
**Divisão de Auditoria da Gestão Municipal II – DIAGM II**

<b>Processo</b>	03882/22
<b>Subcategoria</b>	Prestação de Contas Anuais
<b>Jurisdicionado</b>	Câmara Municipal de Itatuba
<b>Autoridade Responsável</b>	Aécio Cavalcante de Medeiros
<b>Assunto</b>	Relatório de Cumprimento de Decisão
<b>Exercício</b>	2021
<b>Relator</b>	Conselheiro Arnóbio Alves Viana

**RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE DECISÃO**

**1. Considerações Iniciais**

Versam os presentes autos acerca da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Itatuba, referente ao exercício de 2021, cujo julgamento foi realizado na sessão do dia 07 de março de 2023, culminando na expedição do Acórdão AC2 TC 00765/2023, no qual os Conselheiros integrantes da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – TCE/PB decidiram, em conformidade com o voto do Relator, pelo (a):

a) regularidade das contas de gestão da Câmara Municipal de Itatuba, sob a responsabilidade do senhor Aécio Cavalcante de Medeiros, referente ao exercício financeiro de 2021 e

b) envio de alerta às atuais Câmaras Municipais do Estado da Paraíba, para que, ao fixarem os subsídios para as próximas legislaturas, atentem para o cumprimento dos requisitos constitucionais e infraconstitucionais, possibilitando o pagamento integral dos valores expressos na norma, que somente poderão sofrer acréscimo em caso da revisão geral anual, nos termos do inciso X do art. 37 da CF/88, ou excepcionalmente, decréscimo quando houver extrapolação ao limite de despesa com pessoal ou com folha de



pagamento, quando deverão ser tomadas as medidas previstas para adequação dessas despesas, inseridas no art.169, §§ 3º e 4º, da CF/88. (g.n.)

Os presentes autos foram encaminhados a esta divisão de Auditoria para fins de verificação do cumprimento do item b do citado aresto.

## 2. Análise do Cumprimento do item b, do Acórdão AC2 TC Nº 0765/23

Em consulta ao Tramita, esta Auditoria constatou o envio dos autos à ASTEC, por determinação do Chefe do Departamento da DEAGM I, com o objetivo de se adotar uma solução, por meio do Sistema TRAMITA, que possibilitasse a emissão de 223 Alertas com o mesmo teor, em sede dos PAG 2023 das Câmaras Municipais paraibanas, e direcionado a todos os relatores deste Sinédrio de Contas.

Ato contínuo, a ASTEC emitiu certidão técnica (fls. 271/278), certificando que foram geradas 223 solicitações de alertas associadas aos processos de acompanhamento das Câmaras Municipais do exercício 2023.

Assim sendo, ao verificar aleatoriamente alguns processos da listagem anexa à certidão técnica, esta Unidade Técnica de Instrução entende pelo **cumprimento do item b, do Acórdão AC2 TC Nº 0765/23**.

## 3. Conclusão

Diante dos fatos expostos, esta Auditoria entende que o item b, do Acórdão AC2 TC Nº 0765/23 foi devidamente cumprido, sugerindo, portanto, o arquivamento dos presentes autos.

É o relatório.

S.M.J.

Assinado em 11 de Junho de 2024



Sabrina Guerra Castor Melo  
Mat. 3704505  
AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

Assinado em 12 de Junho de 2024



Maria Carolina Cabral da Costa  
Mat. 3703622  
CHEFE DE DIVISÃO